

aprimoramento de programas. Destaca-se ainda, a implementação do Programa Gestores da Economia, instituído pelo Decreto nº 57.640, de 31 de março de 2017, visando otimizar despesas na prestação de serviços não operacionais da Administração Pública, como limpeza, vigilância ou locação de imóveis, por meio da atuação consistente de servidores técnicos direcionados a esse fim.

No que se refere à captação de recursos, a Receita Municipal vem desenvolvendo ações e sistemas de inteligência que impulsionem a arrecadação sem aumentar a carga daqueles que pagam apropriadamente seus impostos.

Uma iniciativa importante na busca de diversificação de fontes de receita é o Plano Municipal de Desestatização, uma das bandeiras da atual gestão. O plano prevê o redimensionamento estrutural do governo por meio de projetos de concessão, privatização e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Os recursos obtidos com o Plano Municipal de Desestatização serão conduzidos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, e aplicados em investimentos das áreas definidas como prioritárias pela Lei nº 16.651/2017: Saúde, Educação, Segurança Urbana, Transportes, Assistência e Desenvolvimento Social e Habitação.

Nesse contexto, o trabalho da Prefeitura de São Paulo em 2018, sintetizado na Proposta Orçamentária que se encaminha a essa Câmara Municipal, reflete o compromisso no seu desenvolvimento e no planejamento das políticas públicas integrado ao uso eficiente dos recursos orçamentários.

DESAFIOS DO ORÇAMENTO 2018

A elaboração do Orçamento de 2018 apresentou desafios importantes.

Em primeiro lugar, sua concepção ocorre em um momento de transição da economia brasileira, de uma longa recessão, para uma retomada econômica cuja velocidade ainda é incerta. Neste ambiente, o grau de precisão das projeções é menor.

Em segundo lugar, algumas informações previstas na Lei Orçamentária de 2017 não estavam condizentes com a realidade, sendo necessários ajustes. Do lado do dispêndio público, cumpre enfatizar o subsídio ao transporte público, estimado em R\$ 1,8 bilhões para 2017, frente a uma despesa realizada superior a R\$ 2,5 bilhões no ano anterior. A proposta para 2018 é de R\$ 2,3 bilhões, mais harmônico com o valor realizado em 2017, mas contando com uma margem, que é fruto de medidas recentes da empresa SPTTrans e da nova licitação do sistema. Do lado dos ingressos públicos, a projeção das receitas de capital foi reduzida, devido à queda real na arrecadação municipal nos últimos anos. O principal recuo foi nas previsões de recursos federais do PAC, que afetam diretamente o orçamento de pastas como Serviços e Obras, Habitação e Prefeituras Regionais.

Ainda do lado das receitas, a Lei Orçamentária de 2017 contava com o impulso de um Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), que incrementava a receita estimada em quase R\$ 1 bilhão. O programa não se repetirá em 2018. No mesmo tema, a estimativa da securitização dos PPIs passados, que não se realizou em 2017, foi reduzida de R\$ 600 milhões para R\$ 300 milhões, mais compatível com as condições atuais de mercado. Por outro lado, a Proposta Orçamentária conta com uma inovadora proposta de securitização do fluxo de multas de trânsito.

Por fim, foi preciso acomodar mais um significativo aumento da previsão de despesas previdenciárias. A previsão de despesas do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM) para 2018 supera em nada menos que R\$ 613 milhões o valor realizado este ano, consumindo boa parte do incremento de receita esperada com a recuperação da economia.

Estes fatores mudam as condições de contorno nas quais os orçamentos de 2017 e 2018 foram elaborados, tornando complexa sua comparação. No entanto, à luz da execução orçamentária efetivamente realizada em 2017, os números para PLOA 2018 estão bem calibrados, pois garantem a ampliação de serviços e atividades nas diversas áreas de municipalidade, e abrem espaço para os projetos prioritários, especialmente aqueles contidos no Plano de Metas 2017-2020.

DESTAQUE SETORIAL

Educação

De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, é dever do Poder Municipal, em cooperação com a União, o Estado e com outros Municípios, assegurar a todos o exercício dos direitos de seus cidadãos, entre eles, o ensino fundamental e a educação infantil.

Dessa forma, os esforços foram concentrados no atendimento da demanda por vagas em creches, principalmente por meio da formalização de parcerias com entidades sem fins lucrativos. O projeto “Nossa Creche” constitui um grande compromisso da Prefeitura iniciado em 2017 e que terá grande relevância no Orçamento de 2018. Ademais, cabe destacar as ações estruturadas para implantação do currículo municipal, do sistema de avaliação dos alunos, bem como a transformação dos CEUs em polos de inovação em tecnologias de aprendizagem. Cumpre ressaltar ainda iniciativas para a implantação da infraestrutura de comunicação de dados das escolas, melhorando o acesso a internet nas unidades escolares.

Saúde

Além da manutenção e reforma dos equipamentos existentes, o Governo Municipal estabeleceu parcerias com a iniciativa privada para obtenção de medicamentos e realização de consultas. No decorrer do ano de 2017 foram intensificados a formalização de convênios com hospitais privados, com o intuito de zerar a fila de atendimento, contando ainda com o auxílio de unidades móveis que também realizam consulta nos bairros. Para 2018, além da continuidade e ampliação das atividades, estão programadas a conclusão de novas Unidades Básicas de Saúde –UBS e do Hospital da Brasilândia, além da reforma de equipamentos existentes. Vale enfatizar a proposta de organizar o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da estruturação e qualificação das redes regionais de Saúde e na informatização e integração das redes de serviços, objeto de Operação de Crédito com recursos externos.

Assistência Social

O investimento na Assistência Social, tanto para a proteção Básica, quanto para a Especial é uma das prioridades da atual gestão, com foco em aprimorar, qualificar e quando possível ampliar os serviços existentes.

Na proteção básica, a primeira infância é uma dessas prioridades que inclusive ganha reforço com recursos federais, através do programa Criança Feliz.

Na proteção especial, o atendimento à população em situação de rua é uma das prioridades com novos e modernos Centros de Acolhida, chamados de CTAs – Centros Temporários de Acolhimento, construídos em parceria com